

## **EDUCAÇÃO INFANTIL, ESTÁGIO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURSO DE PEDAGOGIA**

**Nancy Nonato de Lima Alves**

UFG/Faculdade de Educação/Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua  
Educação em diferentes contextos (NEPIEC)

[nnlalves@hotmail.com](mailto:nnlalves@hotmail.com)

**RESUMO:** Este artigo aborda o estágio em Educação Infantil no curso de Pedagogia, com a finalidade de refletir sobre limites e possibilidades de compreensão das especificidades do trabalho docente com crianças de zero até seis anos de idade. Para tanto, articula estudos, pesquisas e reflexões teórico-práticas que venho elaborando na atuação como pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC) e como professora de estágio da Faculdade de Educação/UFG. Dessa maneira, destaca tensões, avanços e desafios na formação do pedagogo para atuar na primeira etapa da Educação Básica, reafirmando a necessidade de empreender esforços conceituais na discussão da identidade docente, bem como da Educação Infantil, de seus projetos e práticas pedagógicas. A determinação da formação em nível superior para os professores que atuam ou vão atuar na Educação Infantil é importante conquista que requer a explicitação das particularidades da educação de crianças em creches e pré-escolas e o reconhecimento da complexidade do trabalho pedagógico realizado nessas instituições. Entendo que o estágio se configura como espaço privilegiado de aprendizagem da profissão e deve contemplar a discussão de tais especificidades. Para tanto, precisa buscar condições para promover a apreensão crítica das práticas pedagógicas, das teorias que as sustentam e das condições em que se realizam, favorecendo análises consistentes para a superação dos reducionismos decorrentes de concepções higienistas, espontaneístas e preparatórias, que subordinam a educação infantil à lógica predominante no ensino fundamental. Com isso, pode-se contribuir para a constituição de uma educação infantil integral, voltada para o desenvolvimento das crianças em todos os seus aspectos, como sujeitos sociais e individuais, que participam ativa e criativamente da vida em sociedade.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Estágio. Curso de Pedagogia. Formação de professores.

A educação infantil, direito das crianças de zero até seis anos de idade, é a primeira etapa da educação básica e tem por finalidade promover o desenvolvimento integral das crianças, complementando a atuação da família. Essa afirmativa, hoje, tem visibilidade nos meios educacionais e na sociedade em geral. Representa grandes conquistas que resultam de uma longa história de estudos, pesquisas, de mobilização e de reivindicações coletivas. O processo de construção de sua significação e materialização social, pedagógica e legal configura vários desafios, revelando toda complexidade em que está envolvido.

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos desde o nascimento, dentre os quais o atendimento em instituições educacionais, sem qualquer tipo de discriminação, exige e motiva mudanças radicais nas políticas públicas, na organização, nas práticas, nas propostas pedagógicas de educação infantil. De um atendimento caritativo, emergencial e improvisado busca-se construir um processo educativo intencionalmente organizado para promover aprendizagem e o desenvolvimento das crianças em todos os seus aspectos, reconhecendo suas capacidades e necessidades como pessoas que vivem uma fase específica da vida humana: a infância, constituída socialmente, portanto, não é universal, mas apresenta variadas características e realidades. Isso significa superar os reducionismos no/do trabalho pedagógico com crianças de zero até seis anos de idade.

A educação infantil tem sido marcada por contradições, muitas vezes expressas em binarismos e polaridades, diferenciando a trajetória da creche e da pré-escola<sup>1</sup>, separadas quanto ao âmbito administrativo (assistência/saúde e educação), caracterizando de modo desigual o tipo e a cobertura de atendimento, a organização e o funcionamento das instituições, a formação dos profissionais e as condições de trabalho, o financiamento. Distintos projetos se materializam em práticas também diferenciadas, conforme a classe social atendida (OLIVEIRA, 1992; KUHLMANN JR., 1998; BARBOSA, 1999; ALVES, 2002, dentre outros).

Segundo Rizzini e Pilotti (2009), as crianças brasileiras passaram por muitas mãos, muitos personagens se dedicaram à causa da infância, contudo, a história das políticas sociais, da legislação e da assistência se resume à utilização de várias fórmulas “no sentido de manter as desigualdades sociais e a segregação das classes – pobres/servis e privilegiadas/dirigentes.” (RIZZINI e PILOTTI, 2009, p. 16). Assim, nossas análises que visam à apreensão crítica e dialética, não podem aceitar a falsa polarização entre assistencialismo e educacional, como se fossem aspectos excludentes, mas precisam esmiuçar e compreender os desdobramentos de um projeto educacional assistencialista que se modifica historicamente a serviço da manutenção da lógica dominante de (re)produção social capitalista.

Várias mudanças são requisitadas nesse momento histórico da educação infantil desde a elaboração dos projetos à materialização das práticas, abarcando a explicitação das concepções, a definição de projetos e ações, da organização pedagógica, humana, financeira e material das instituições. De modo geral, a área da

educação da infância vem se debruçando sobre essas e outras questões relevantes para a delimitação e constituição do papel da instituição de Educação Infantil e, conseqüentemente, de sua identidade como primeira etapa da Educação Básica.

Os discursos oficiais destacam a estreita relação entre qualidade educativa e formação geral e específica dos educadores de creches e pré-escolas, identificando a formação como aspecto fundamental na atuação docente. Os governos federal e municipal têm promovido a discussão e elaboração de propostas e diretrizes para a formação de professores da Educação Infantil, de referenciais para o trabalho pedagógico e de indicadores de qualidade para a educação de crianças de zero até seis anos de idade.

Como são vistas as professoras<sup>ii</sup> e sua atuação na Educação Infantil? É possível constatar uma diversidade de perspectivas, muitas vezes gerando desentendimentos na busca de compreender a ação intencional desse profissional na formação das crianças (BARBOSA, ALVES e MARTINS, 2011). Habitualmente, são estabelecidas polarizações, privilegiando um ou mais aspectos envolvidos no processo educativo, o que resulta em perda da necessária articulação entre as suas dimensões e na fragmentação da educação da criança.

Dessa maneira, encontram-se defesas de que a ação pedagógica deve privilegiar a brincadeira; ou o ensino de conteúdos e habilidades, preparatório para o ensino fundamental; por vezes é enfatizada a socialização; ou a formação de hábitos e valores; a prioridade de segurança e proteção da criança, assim como a separação e oposição entre atividades de cuidado e de “educação”, fragmentando o trabalho docente. Enfim, muitas imagens de professor, de criança e de educação infantil se entrecruzam e se (re)produzem nas políticas públicas, nos projetos e no cotidiano das instituições.

Outra importante conquista legal é a determinação da formação em nível superior para os professores que atuam ou vão atuar na Educação Infantil, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia de 2006, dentre outras normativas. Concretizar essas determinações legais, provoca muitas questões – para as políticas educacionais em geral e para o campo da formação de professores especificamente – acerca do profissional, da significação da formação específica para a Educação Infantil no campo da formação de professores, da constituição da identidade docente e das peculiaridades do trabalho pedagógico e da própria função sócio-político-pedagógica da instituição educativa.

Nesse sentido, o presente texto discute o estágio em Educação Infantil no curso de Pedagogia, com a finalidade de refletir sobre limites e possibilidades de sua contribuição na compreensão das especificidades do trabalho docente com crianças de zero até seis anos de idade. Para tanto, articula estudos, pesquisas e reflexões teórico-práticas que venho elaborando na atuação como pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC) e como professora de estágio<sup>iii</sup>. Dessa maneira, destaca a necessidade de empreender esforços conceituais na definição e consolidação da identidade da Educação Infantil, sinalizando desafios na formação do pedagogo para atuar nessa primeira etapa da Educação Básica.

### **Formação de professores para a Educação Infantil e curso de Pedagogia**

A formação de professores para a Educação Infantil tem enfrentado inúmeros desafios, debates e embates, frente à necessidade de superar o descaso quanto à qualificação e profissionalização das trabalhadoras, a fim de transformar a situação historicamente construída de utilização de trabalho voluntário, sem exigência de formação necessária. Questões e indefinições teóricas, pedagógicas, políticas, econômicas, sociais e culturais são analisadas em diversos estudos (BRASIL, 1994; MACHADO, 2000; KRAMER, 2002; KISHIMOTO, 2002; GOMES, 2009; BARBOSA, ALVES e MARTINS, 2010, dentre outros), apontando a complexidade que perpassa a materialização do direito das crianças à educação infantil numa perspectiva integral do desenvolvimento humano em sua omnilateralidade, como sujeito social e individual.

Considero que esse debate expressa e constitui-se no processo de construção identitária tanto da educação infantil como etapa educacional quanto do curso de Pedagogia e do pedagogo, e na definição do papel social das instituições, evidenciando a correlação de forças presente na formulação e implementação de políticas públicas e de projetos educativos com interesses distintos. De modo geral, se coloca a necessidade de explicitar as condições e os aspectos da formação que contemplem adequadamente as peculiaridades do processo educativo de crianças na faixa etária de zero até seis anos de idade, sem desconsiderar as dimensões constitutivas da atuação do pedagogo e do trabalho pedagógico em sentido amplo, articulando o universal e o particular.

A Pedagogia, sobretudo a partir dos anos 1980, vem assumindo papel significativo na formação de professores, afirmando dois princípios formativos: a

docência como a base da identidade do pedagogo e a superação da visão tecnicista e fragmentadora do trabalho do professor (BARBOSA, ALVES, MARTINS, 2010). Segundo Kishimoto (1998) a preocupação com a formação para a Educação Infantil já se apresentava desde a criação do curso, tendo surgido 40 novos cursos na década de 1990 voltados para essa formação. No cenário nacional, entretanto, revela-se uma inadequação de projetos curriculares dos cursos de Pedagogia, evidenciando muitas vezes, a falta de definição do perfil profissional e o desconhecimento quanto às especificidades da educação infantil, e conseqüentemente, subordinando-a aos modelos educativos cristalizados no ensino fundamental, ou simplesmente ignorando-a como campo de atuação profissional do pedagogo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, aprovadas em 2004<sup>iv</sup> fixaram o entendimento de que o curso destina-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como na gestão educacional e em outros cursos e áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Nesse sentido, estabelecem a responsabilidade da Pedagogia na formação dos professores de Educação Infantil que estejam aptos a “compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social” (BRASIL/CNE/CP, 2006). Em decorrência dessas determinações legais, que incorporam parte das pesquisas e estudos e das pressões reivindicativas, tornou-se premente a reformulação dos cursos de Pedagogia, configurando o desafio de possibilitar uma formação que promova a compreensão ampla das peculiaridades da Educação Infantil e das dimensões teórico-práticas da atuação docente de pedagogos nessa etapa educacional.

Reiterando o curso de Pedagogia como espaço privilegiado da formação de professores para a Educação Infantil, considero que deve abranger os princípios fundamentais da formação do pedagogo, tal como proposto historicamente pelos movimentos de educadores, sobretudo a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), que se fundamenta na docência como base da identidade profissional de todo educador e da base comum nacional organizada nos seguintes eixos norteadores: sólida formação teórica e interdisciplinar; unidade entre teoria e prática, gestão democrática da escola, compromisso social e ético do profissional da educação com a busca de uma sociedade mais humana e solidária,

trabalho coletivo e interdisciplinar, articulação da formação inicial e continuada (ANFOPE, 2002).

É necessário que essa formação comum se articule organicamente à formação específica quanto às especificidades das crianças de zero até seis anos e de sua educação, abarcando a análise e compreensão dialética das concepções de criança; da aprendizagem e do desenvolvimento infantil; da organização e da gestão do trabalho pedagógico e das práticas educativas em creches e pré-escolas, da indissociabilidade entre cuidado e educação, dentre outros aspectos que constituem as peculiaridades desse campo de atuação do pedagogo (BARBOSA, ALVES, MARTINS, 2010), considerando a sua historicidade, portanto, a possibilidade de transformação crítica e criativa da realidade educacional e da docência propriamente dita.

### **Estágio em Educação Infantil no curso de Pedagogia/FE/UFG: possibilidades e contradições**

Ainda no ano de 2004, em sintonia com discussões e princípios delineados no campo da Educação Infantil e da formação de professores, e antecipadamente à aprovação das DCN-Pedagogia, a Faculdade de Educação (FE), da Universidade Federal de Goiás (UFG), ao aprovar o novo currículo do curso de Pedagogia, reiterou a docência como identidade do curso de Pedagogia e da formação e atuação do pedagogo, assumindo também a formação de professores para a Educação Infantil.

Considerando que o pedagogo é sujeito social e tem a função de formar sujeitos da cultura, seres autônomos, criativos e críticos, o projeto do curso propõe a formação teórica, rigorosa e crítica que possibilite a constituição da autonomia desse profissional, favorecendo, portanto, o desenvolvimento “da capacidade individual e coletiva de assumir a docência com lucidez e responsabilidade ética e política” (FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG, 2003a, p. 16). Tais princípios abarcam a atuação como docente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, na gestão do trabalho pedagógico e em outras funções e contextos de exercício da profissão.

De acordo com o PPP do curso de Pedagogia/FE/UFG, o estágio é definido como componente curricular de caráter teórico-prático, que visa proporcionar o contato prolongado do futuro professor com o campo de atuação profissional, objetivando desenvolver conhecimentos e habilidades específicas da profissão docente. Para tanto,

requer o envolvimento com a realidade da instituição educacional, para aprender a problematizá-la teoricamente tendo em vista a construção da autonomia profissional. (FE/UFG, 2003a). O estágio curricular é realizado a partir da metade do curso, do 5º ao 8º período<sup>v</sup>, abrangendo o Ensino Fundamental (Estágio I e II, 5º e 6º períodos) e a Educação Infantil (Estágio III e IV, 7º e 8º períodos).

O Projeto de Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental propõe a utilização da pesquisa como princípio educativo, para desenvolver atitude investigativa por parte dos alunos, favorecendo a compreensão da realidade e a organização de novas formas de atuação na educação de crianças, jovens e adultos. (FE/UFG, 2003b). O estágio em Educação Infantil, atendendo aos princípios gerais estabelecidos no referido projeto, realiza-se em creches, pré-escolas e centros de educação infantil, preferencialmente das redes públicas de ensino (FE/UFG, 2003b).

No desenvolvimento do Estágio em Educação Infantil, considero fundamental a compreensão de seu papel e sua natureza na formação de professores. O primeiro princípio que destaco é o exercício da unidade teoria e prática, em busca da constituição da práxis transformadora (VASQUEZ, 1977), na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Essa concepção se opõe radicalmente à visão instrumental que define o estágio como aplicação prática de conhecimentos técnicos e profissionais, reduzindo-o a um caráter praticista.

É preciso assumir o trabalho como fonte de conhecimento e princípio articulador no estágio e na formação de professores (FREITAS, 1996), entendendo-o como atividade humana criadora, de natureza teórica e prática, na qual o homem produz a cultura e se produz como sujeito social. Assim, o trabalho traduz-se na articulação entre o agir e o refletir que gera a ação transformadora (VASQUEZ, 1977). Nesse sentido, essa concepção se diferencia de interpretações do movimento ação-reflexão-ação que definem essa relação em bases subjetivistas, muitas vezes desconsiderando as determinações materiais da reflexão humana no processo de trabalho.

Compreendo, então, o estágio como inserção privilegiada no campo profissional, que oportuniza a aprendizagem da profissão e a construção da identidade docente (PIMENTA e LIMA, 2008; GOMES, 2009) pela apropriação teórico-prática do trabalho docente em movimento e pela análise dos fundamentos das propostas e práticas educativas, constituídas em processos sociais amplos e complexos. Coloca-se o desafio de favorecer o conhecimento da realidade concreta – a educação e a escola –, das

condições subjetivas e objetivas enfrentadas por alunos e professores na produção do trabalho pedagógico, assim como a apreensão da totalidade em que se insere. (FREITAS, 1996).

Faz-se necessário que, ao observar e analisar a prática de professores em atuação, as/os estudantes possam apreender a(s) teoria(s) que a sustentam, construindo análises teóricas que superem o senso comum, confrontadas com o cotidiano educacional para a produção de alternativas e de novos conhecimentos (GOMES, 2009, p. 75). Nessa perspectiva, o Estágio em Educação Infantil tem a necessária tarefa de constituir espaço e condições para compreender dialeticamente a docência e a atuação do pedagogo nesse campo.

A inserção das/os estudantes de Pedagogia como estagiárias/os nas instituições de Educação Infantil, comumente se caracteriza por inquietações sobre a natureza da atuação do professor nessa etapa educacional. Quais as particularidades das práticas educativas com crianças de zero até seis anos de idade? Qual é e como se materializa a intencionalidade pedagógica em creches e pré-escolas? Qual o papel do professor? Qual a função social da instituição? Tomando tais questões norteadoras, o estágio em educação infantil propicia estudos conceituais, observação, análise e problematização das práticas pedagógicas, bem como a delimitação e o desenvolvimento de propostas de atuação docente na educação de crianças de zero até seis anos de idade.

Estudos sobre o atual currículo de Pedagogia/FE/UFG, voltados para a análise da formação do pedagogo no movimento que se estabelece entre os pressupostos do projeto e as práticas formativas desenvolvidas no cotidiano institucional (MARTINS, 2007; SILVA, et al. 2009), indicam possibilidades e limites do referido curso quanto à abrangência da especificidade da formação de pedagogos para a Educação Infantil.

Tomando como referência a percepção dos estudantes que participaram das pesquisas, constata-se a avaliação de que o curso em seu conjunto prepara para a atuação na Educação Infantil, identificando a discussão acerca da área em disciplinas como Sociedade, Cultura e Infância, Psicologia da Educação, História da Educação, Artes, Fundamentos e Metodologia de Matemática e também na disciplina Estágio em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental III e IV (MARTINS, 2007). De outro lado, os estudantes avaliam que o curso enfatiza mais o ensino fundamental, tendo poucas disciplinas específicas sobre a educação infantil (MARTINS, 2007; SILVA, et al., 2009).



Conclui-se que a discussão dessa etapa educacional como campo profissional de atuação do pedagogo ocorre de maneira pontual e localizada no curso (MARTINS, 2007). Contraditoriamente, a Educação Infantil foi inserida no PPP do Curso de Pedagogia/FE/UFG e assumida como eixo de atuação e formação do pedagogo, mas ainda não perpassa o currículo em suas várias disciplinas e atividades formativas.

A Educação Infantil, no projeto de curso da Pedagogia/FE/UFG (2003a) é definida não como mera escolarização, mas na perspectiva de direitos sociais, que envolve a compreensão da sociedade e infância, de modo a propiciar condições para a atuação crítica do pedagogo em instituições educacionais “de formação e desenvolvimento da existência pessoal e sócio-cultural das crianças, nas quais as várias formas de expressão e linguagem se articulem num contexto lúdico e criativo de jogos e brincadeiras” (FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG, 2003a, p. 17). Essa concepção é indicativa de uma intenção de superação de concepções meramente higienistas, preparatórias e espontaneístas da educação de crianças de até seis anos de idade.

É preciso atentar, porém, que o trabalho pedagógico em creches e pré-escolas é mais amplo “[...] do que simplesmente um desenrolar de atividades recreativas ou de entretenimento” (BARBOSA, 1997, p. 132). Assim, a ludicidade e a brincadeira, são dimensões importantes, mas não totalizam a intencionalidade pedagógica na educação infantil que requer a articulação do domínio de conhecimentos, sentimentos, afetos e atitudes, no campo da ciência, da técnica e da arte, possibilitando que as crianças compartilhem dos diversos valores da existência e do mundo, interagindo, vivenciando papéis e práticas “criativas e construtivas da sociedade contemporânea, servindo à inauguração de novas formas de mediação” (BARBOSA, 1997, p. 149).

O Projeto de Estágio, por sua vez, tal como consta no PPP do Curso de Pedagogia, é genérico e apresenta os princípios gerais da disciplina como componente curricular, deixando aos planos de curso, elaborados anualmente, a tarefa de explicitar as peculiaridades do trabalho docente nos respectivos níveis e modalidades de ensino em que se realiza o estágio. Isso significa que, em certa medida, a análise da docência em educação infantil dependerá dos professores que assumem a disciplina e da compreensão que tiverem acerca da área. Por outro lado, o trabalho coletivo, no planejamento, na discussão e aprofundamento de questões do estágio em educação infantil favorece a delimitação e consolidação de uma proposta que extrapola os limites de uma mera atuação individualizada.

O esforço de compreensão da docência na Educação Infantil demanda que o Estágio possibilite a reflexão sistemática acerca de: historicidade; políticas públicas; concepções de criança e infância; indissociabilidade entre cuidado e educação; organização das práticas pedagógicas; planejamento; relação entre instituição e família; brincadeira e ludicidade; múltiplas linguagens, explicitando concepções norteadoras dos projetos educativos e do trabalho docente na Educação Infantil. Entendo, portanto, que a inserção em campo, e a metodologia utilizada no estágio são importantes para a tematização e a delimitação de conceitos e dimensões constitutivas do trabalho docente e da própria educação infantil, contribuindo para a construção da sua identidade como etapa educacional.

### **Considerações finais**

As recentes mudanças no campo da educação infantil vêm contribuindo para consolidar uma conotação positiva para creches e pré-escolas, numa perspectiva de superação de preconceitos que lhes foram atribuídos historicamente. Esse movimento implica a delimitação da especificidade da docência e a compreensão do trabalho pedagógico com crianças de zero até seis anos de idade que poderá resultar em práticas diferenciadas.

Considero que essa delimitação é um desafio que se coloca ao curso de Pedagogia/FE/UFG em geral, e ao estágio em particular, na formação de profissionais para atuar na educação infantil que possam contribuir para inaugurar projetos e práticas educativas voltadas para a formação integral da criança em todos os seus aspectos. Isso torna necessário, e urgente, um movimento contínuo de verticalização de estudos e produção de pesquisas no campo da Educação Infantil, tanto por parte dos professores da área de Didática e Estágio especificamente, quanto das diversas disciplinas do curso de Pedagogia da FE/UFG, para que o desafio seja enfrentado coletivamente como projeto institucional e não como ação isolada dentro do curso.

### **Referências:**

ALVES, Nancy Nonato de Lima. **Elementos mediadores e significados da docência em educação infantil na rede Municipal de Ensino de Goiânia**. Goiânia: UFG, 2002. 220f. (Dissertação de Mestrado em Educação).

ALVES, Nancy N. L. e MARTINS, Telma A. T. A formação de professores e o estágio no curso de pedagogia da FE/UFG: possibilidades de construção da identidade da

educação infantil. **Anais XX Simpósio da Faculdade de Educação**. Goiânia, 2011. Disponível em [http://www.fe.ufg.br/uploads/2/original\\_ANAIS\\_XX-SIMP%C3%93SIO-FE-UFG\\_VOLUME\\_2.pdf?1329409628](http://www.fe.ufg.br/uploads/2/original_ANAIS_XX-SIMP%C3%93SIO-FE-UFG_VOLUME_2.pdf?1329409628)

ANFOPE. **Formação dos profissionais da educação e base comum nacional: construindo um projeto coletivo**. Documento final do XI Encontro Nacional. Florianópolis, 2002.

BARBOSA, Ivone G. **Pré-escola e formação de conceitos: uma versão sócio histórico-dialética**. São Paulo: FEUSP, 1997 (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. **A educação infantil: perspectiva histórica, lutas e necessidades**. Goiânia: FE/UFG, 1999 (impresso).

BARBOSA, Ivone G.; ALVES, Nancy N. de L.; MARTINS, Telma A. T. Formação de professores para a Educação Infantil no curso de Pedagogia: tensões entre o campo formativo e a atuação profissional. **X Encontro de Pesquisa em Educação da Anped Centro Oeste**. Anais. Uberlândia, 2010.

\_\_\_\_\_. O professor e o trabalho pedagógico na Educação Infantil. In: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R. LIMONTA, S. V. Didática e práticas de ensino – texto, contexto em diferentes áreas do conhecimento. Goiânia: CEPED/Ed. PUC Goiás, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL/MEC. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. MEC/SEF/DPE/COEDI, Brasília, 1994.

BRASIL/CNE/CP. **Resolução CNE/CP nº 01/2006**. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia. Brasília, 2006.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Goiânia, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Projeto de estágio supervisionado na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Goiânia, 2003b.

FREITAS, Helena C. L. de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas: Papyrus, 1996.

GOMES, Marineide de O. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

KRAMER, Sônia. Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, Maria L. (org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko M. Política de formação profissional para a educação infantil: pedagogia e normal superior. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68/especial, p. 61-78, 1998.

\_\_\_\_\_. Encontros e desencontros na formação dos profissionais de educação infantil. In: MACHADO, Maria L. (org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN JR. Moysés. **Educação infantil: uma abordagem histórica**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MACHADO, Maria Lúcia A. Desafios iminentes para projetos de formação de profissionais para a Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: FCC, nº 110, p. 191-202, jul/2000.

MARTINS, Telma A. Teles. **A Educação Infantil no curso de Pedagogia FE/UFG sob a perspectiva discente**. Faculdade de Educação. UFG. Goiânia, 2007. (Dissertação de Mestrado)

OLIVEIRA, Zilma de M. et al. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

PIMENTA, Selma G. e LIMA, Maria do S. L. **Estágio e docência**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças – a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Lueli Nogueira D. et al. Avaliação e formação: o curso de Pedagogia da FE/UFG. **Inter-Ação**. Goiânia: UFG, v. 34, nº 2, p. 581-600, jul/dez, 2009.

VASQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

---

<sup>i</sup> Outras instituições ao longo da história atenderam crianças: por exemplo, asilos, abrigos, internatos, escolas maternas, jardins de infância etc.

<sup>ii</sup> As mulheres sempre foram e continuam sendo a imensa maioria das profissionais que atuam com crianças menores de seis/sete anos. A temática da feminização possui grande relevância para a análise e compreensão do trabalho docente e suas especificidades na educação infantil.

<sup>iii</sup> As análises e reflexões apresentadas nesse texto resultam de um processo contínuo de aproximação, desenvolvimento e verticalização da temática, iniciada em outras oportunidades (ALVES e MARTINS, 2011).

<sup>iv</sup> Ressalto que ao contrário de outros cursos de licenciatura, a proposta de diretrizes formulada pela comissão criada pelo MEC em 1999 não foi aceita pelo próprio Ministério, levando os movimentos organizados de educadores a um longo processo de debate e mobilizações, no qual se confrontaram diferentes versões sobre a Pedagogia e seu estatuto epistemológico e como campo de atuação profissional. Esse processo, de um lado reflete a (in)definição da identidade da Pedagogia e, ao mesmo tempo contribui para a sua explicitação na disputa hegemônica dos diferentes segmentos e atores sociais.

<sup>v</sup> O curso tem duração mínima de quatro anos, com oito períodos semestrais.